



Demonstrações Contábeis - IFRS

Dezembro de 2020



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	5	4.854	4.220
Ativos financeiros		33.831.617	28.327.557
Depósitos compulsórios no Banco Central		5.507	101.569
Ao valor justo no resultado		1.633.880	2.122.114
Instrumentos de dívida	7	254.387	359.782
Derivativos	6a	2.394	291.169
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	1.377.099	1.471.163
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		878.798	987.803
Instrumentos de dívida	7	866.173	986.659
Instrumentos de patrimônio	8	12.625	1.144
Ao custo amortizado		31.313.432	25.116.071
Instrumentos de dívida	7	1.824.992	741.211
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	9	1.251.938	1.242.794
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10	26.079.387	20.657.984
Benefício residual em operações securitizadas		3.887	3.588
Recebíveis imobiliários	12	18.789	19.347
Outros ativos financeiros	13	2.134.439	2.451.147
Outros ativos	14	473.774	477.397
Ativos não correntes mantidos para venda	15	265.239	287.457
Impostos		4.021.032	3.747.366
A compensar		596.917	437.727
Diferido	16a	3.424.115	3.309.639
Ativo tangível	17	23.360	28.628
Ativo intangível	18	243.576	306.828
Ágio		186.325	186.325
Outros ativos intangíveis		57.251	120.503
TOTAL DO ATIVO		38.863.452	33.179.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros		28.479.533	24.314.401
Ao custo amortizado		28.470.272	24.180.818
Depósitos de clientes	19	12.818.688	11.394.051
Depósitos de instituições financeiras	20	10.054.757	8.661.733
Recursos de emissão de títulos	21	5.346.049	1.868.324
Dívidas subordinadas	22	8.784	1.884.941
Outros passivos financeiros	23a	241.994	371.769
Ao valor justo no resultado	6a	9.261	133.583
Derivativos		9.261	133.583
Provisões	24	513.622	591.125
Provisões para processos judiciais		513.622	591.125
Passivos fiscais	16a	626.822	537.524
Correntes		451.148	343.059
Diferido		175.674	194.465
Outros passivos	23d	3.703.133	2.557.765
Patrimônio líquido			
Capital social:	25	4.175.222	3.653.410
De domiciliados no País		3.606.057	3.261.355
De domiciliados no Exterior		569.165	392.055
Aumento de capital		-	521.812
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		1.173.158	800.676
Outros resultados abrangentes		(15.360)	(4.582)
Total do patrimônio líquido		5.540.342	5.178.638
TOTAL DO PASSIVO		38.863.452	33.179.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida com juros	26	6.890.077	5.625.623
Receitas com juros e similares		9.118.997	7.845.785
Despesas com juros e similares		(2.228.920)	(2.220.162)
Provisão para perda de crédito esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	11	(1.049.962)	(875.995)
Perda esperada com demais ativos financeiros		765	573
Receita líquida de perdas esperadas de ativos financeiros		5.840.880	4.750.201
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		145.937	(106.055)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		(4.205)	(8.358)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(297)	3.689
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6f	150.439	(101.386)
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		11	2.371
Receitas de tarifas e comissões	27	304.872	268.336
Despesas administrativas		(3.366.938)	(2.616.864)
Despesas de pessoal	28	(574.152)	(501.695)
Outras despesas administrativas	29	(2.792.786)	(2.115.169)
Depreciação e amortização	30	(114.897)	(49.485)
Despesas tributárias	31	(297.545)	(222.775)
Provisões (líquidas)	32	(196.564)	(200.206)
Outras receitas e (despesas) operacionais	33	(1.479.541)	(1.227.576)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	34	49.737	(34.189)
Resultado antes dos impostos		885.952	563.758
Imposto de renda e contribuição social	16e	(258.574)	58.057
Imposto de renda e contribuição social correntes		(387.079)	(292.562)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		128.505	350.619
LUCRO LÍQUIDO		627.378	621.815
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		1.205.056	1.160.254
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,52	0,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido	627.378	621.815
Ativos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(10.778)	(8.777)
Variação de valor justo	(16.461)	(13.306)
Efeito tributário	5.683	4.529
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	616.600	613.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



BANCO PAN S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Legal	Para integridade do patrimônio líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	-	207.322	20.626	359.483	4.195	-	4.245.036
Aumento de capital (Nota 1.a)	-	521.812	-	-	-	-	-	521.812
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(8.777)	-	(8.777)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	621.815	621.815
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	(8.777)	621.815	613.038
Destinações:								
Reserva legal (Nota 25.b)	-	-	-	25.797	-	-	(25.797)	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 25.b)	-	-	-	-	394.770	-	(394.770)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos (Nota 25.c)	-	-	-	-	-	-	(201.248)	(201.248)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.653.410	521.812	207.322	46.423	754.253	(4.582)	-	5.178.638
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.653.410	521.812	207.322	46.423	754.253	(4.582)	-	5.178.638
Aumento de capital (Nota 1.a)	521.812	(521.812)	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(10.778)	-	(10.778)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	627.378	627.378
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	(10.778)	627.378	616.600
Destinações:								
Reserva legal (Nota 25.b)	-	-	-	32.778	-	-	(32.778)	-
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros (Nota 25.b)	-	-	-	-	339.704	-	(339.704)	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos (Nota 25.c)	-	-	-	-	-	-	(254.896)	(254.896)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.175.222	-	207.322	79.201	1.093.957	(15.360)	-	5.540.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro líquido		627.378	621.815
Ajustes ao lucro líquido:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(2.053)	(1.828)
Depreciações e amortizações	30	114.897	49.485
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	34	(20.974)	(8.521)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	34	(9.851)	42.710
Cessão de direitos		(18.912)	-
Perda esperada em outros ativos		7.365	3.942
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	24	196.564	200.206
Atualizações monetárias das provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	24	7.211	4.246
Provisão para perda de crédito esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	11a	1.049.962	875.995
Lucro líquido ajustado		1.951.587	1.788.050
Variação de ativos e passivos:			
Redução/(Aumento) em depósitos compulsórios		96.062	(101.020)
Redução em ativos financeiros ao valor justo no resultado		394.170	31.906
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(14.561)	(64.953)
Redução/(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		12.746	(8.898)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes		(6.377.301)	(3.741.178)
Redução/(Aumento) em outros ativos financeiros		221.850	(840.071)
(Aumento) em outros ativos fiscais		(267.983)	(513.532)
(Aumento) em outros ativos		(85.886)	(260.056)
Aumento em depósitos de clientes		1.424.637	2.248.965
Aumento em depósitos de instituições financeiras		1.393.024	938.108
(Redução) em passivos financeiros ao valor justo no resultado		(124.322)	(43.046)
Aumento em outros passivos financeiros		627.916	206.535
(Redução) em provisões		(281.278)	(222.194)
Aumento em passivos fiscais		531.066	471.904
Aumento em outros passivos		1.091.720	862.356
Imposto de renda e contribuição social pagos		(441.768)	(171.002)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		151.679	581.874
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(513.211)	(610.897)
Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		612.771	565.001
(Aumento) em ativos financeiros ao custo amortizado		(1.054.747)	(415.700)
Redução em ativos financeiros ao custo amortizado		66.848	364.082
Alienação de bens não de uso próprio		142.810	213.149
(Aquisição) do ativo tangível	17b	(6.841)	(15.708)
(Aplicações) do ativo intangível	18b	(31.266)	(67.407)
Cessão de direitos		9.799	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(773.837)	32.520
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	21b	6.993.590	1.350.272
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	21b	(3.622.821)	(836.178)
Emissão de dívidas subordinadas	22c	-	8.000
Liquidação/pagamentos de dívidas subordinadas		(2.515.985)	(348.571)
Pagamento de arrendamento	23b	(10.907)	(10.337)
Aumento de capital	1a	-	521.812
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	25c	(201.248)	(86.715)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		642.629	598.283
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		20.471	1.212.677
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5	1.234.219	19.714
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.053	1.828
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	5	1.256.743	1.234.219
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(3.105.028)	(2.130.288)
Juros recebidos		8.394.322	8.249.231
Transferência de ativos não de uso próprio		22.068	1.890
Ganhos/(Perdas) não realizados em ativos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(10.778)	(8.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS		6.894.252	5.673.044
Juros e similares	26	9.118.997	7.845.785
Tarifas e comissões	27	304.872	268.336
Perda esperada com ativos financeiros		(1.049.197)	(875.422)
Outras receitas/(despesas)		(1.480.420)	(1.565.655)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.228.920)	(2.220.162)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.721.732)	(2.066.982)
Materiais, energia e outros	29	(3.775)	(4.409)
Serviços de terceiros	29	(436.859)	(408.856)
Outras		(2.281.098)	(1.653.717)
Comissões pagas a correspondentes bancários	29	(1.523.302)	(1.065.441)
Processamento de dados	29	(273.917)	(222.961)
Serviços do sistema financeiro	29	(215.463)	(164.842)
Propaganda, promoções e publicações	29	(118.872)	(65.245)
Comunicações	29	(68.374)	(47.138)
Despesas com busca e apreensão de bens	29	(20.344)	(30.354)
Viagens	29	(1.726)	(6.779)
Manutenção e conservação de bens	29	(6.050)	(6.249)
Transportes	29	(3.587)	(5.828)
Taxas e emolumentos	29	(2.896)	(4.624)
Outras		(46.567)	(34.256)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.943.600	1.385.900
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		(114.897)	(49.485)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.828.703	1.336.415
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.828.703	1.336.415
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.828.703	1.336.415
Pessoal		499.887	435.662
Remuneração direta	28	384.947	332.525
Benefícios	28	82.155	74.627
FGTS		24.634	21.945
Outros	28	8.151	6.565
Impostos, taxas e contribuições		630.384	230.751
Federal		608.296	209.855
Estadual		134	14
Municipal		21.954	20.882
Remuneração de capitais de terceiros	29	71.054	48.187
Aluguéis		71.054	48.187
Remuneração de capitais próprios		627.378	621.815
Juros sobre o capital próprio e dividendos	25c	254.896	201.248
Lucros retidos		372.482	420.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN", "Instituição" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Em fevereiro de 2020, lançou sua conta digital e com isso oferece uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros focados nas classes C, D e E. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas com juros e similares.

O Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, mediante acordo de acionistas.

Em 31/12/2020 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)				Total	%
	Ordinárias	%	Preferenciais	%		
BTG Pactual	334.131	50,8	206.371	37,7	540.502	44,9
CAIXAPAR	323.430	49,2	-	-	323.430	26,8
Mercado	-	-	341.124	62,3	341.124	28,3
Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0

a) Eventos societários

O aumento de capital, decorrente da oferta primária de ações, realizada pelo Banco PAN em set/19, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passou a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações.

Em 12/08/2020 e em 20/08/2020 o Banco PAN comunicou ao mercado em geral sobre a realização de oferta pública de distribuição secundária, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 89.599.665 (oitenta e nove milhões, quinhentas e noventa e nove mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão do Banco PAN e de titularidade exclusiva da CAIXAPAR ("Acionista Vendedor"). A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração do Acionista Vendedor em 27/08/2020, sendo o preço por ação de R\$ 8,30, resultando em um montante total de R\$ 743.677.219,50. Em 03/09/2020 a CAIXAPAR informou ao Banco PAN que alienou a totalidade de suas ações preferenciais, correspondente a 89.599.665 ações de emissão da Companhia, informando, ainda, que referida alienação não altera a sua posição de ações ordinárias de emissão da Companhia e, por consequência, não houve

qualquer alteração na composição do controle ou na estrutura administrativa da Companhia, bem como não houve alteração do Acordo de Acionistas vigente da Companhia.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução nº 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente Demonstrações Contábeis, de acordo com as normas internacionais (IFRS), conforme os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *IFRS Foundation*.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31/03/2021.

2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis em 31/12/2020

Alteração Estrutura Conceitual – Em 03/2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a definições de ativo e passivo, critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2020 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alterações na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Devido à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (*Interbank Offered Rate*), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de *hedge accounting*. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2020 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alteração IFRS 16 Arrendamento – Admite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Efetiva para os exercícios iniciados em 01/06/2020, sendo permitida a adoção antecipada. O Banco PAN optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alterações na IFRS 4 – Contratos de Seguros, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (*Interbank Offered Rate*). As alterações normativas resumem-se em:

- Ativos e Passivos Financeiros – Admite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- *Hedge accounting* – Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge* (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para *hedges* de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualização das documentações de *hedge*; e
- Divulgação – Requerimentos sobre a divulgação e gerenciamento dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma e da evolução da transição das IBORs. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2021. O Banco PAN não espera impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

Alteração IAS 37 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2022. O Banco PAN não espera impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

Alteração IFRS 3 – Combinação de Negócios: Substitui as referências das versões antigas da estrutura conceitual para mais recente. As substituições são aplicáveis a partir de 01/01/2022. O Banco PAN não espera impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

IFRS 17 – Contratos de Seguro – substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro: A referida norma apresenta três abordagens para avaliação do contrato de seguro:

- I. Modelo Padrão – Aplicável a todos os contratos de seguros sem participação direta;
- II. *Premium Allocation Approach* (PAA) – Aplicável aos contratos de seguro com duração de até 12 meses ou quando produza resultado semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.
- III. *Variable Fee Approach* – Aplicável a todos os contratos de seguros sem participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno do investimento com base nos itens subjacentes.

O reconhecimento dos contratos de seguros será por meio da análise dos:

- I. Fluxos de Caixa Futuros Esperados – Estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato;
- II. Ajuste ao Risco – Estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- III. Margem Contratual – Diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- IV. Desconto – Fluxo de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2023 e o Banco PAN não espera impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) instrumentos de dívida; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Perda esperada de ativos financeiros

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;
- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações contábeis. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;

- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, contingências e outros compromissos

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constituiu provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas consideram a avaliação de advogados externos especializados e são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

O detalhamento das provisões, contingências e outros compromissos estão apresentados na nota 24.

2.4) Base de Consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2020	31/12/2019
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00

Nas demonstrações contábeis foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, oriundos das transações entre o Banco e suas controladas, e seus respectivos resultados.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica "Receitas com juros e similares" e "Despesas com juros e similares".

2.5) Reclassificação dos itens das demonstrações contábeis

Com a finalidade de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, o Banco efetuou reclassificações de linhas que não se referem a mudanças de políticas contábeis, como segue:

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	31/12/2019	Alterações	31/12/2019
	Publicado		Atual
Outras despesas administrativas (a)	(2.115.151)	(18)	(2.115.169)
Provisões (líquidas) (b)	(204.452)	4.246	(200.206)
Outras receitas e (despesas) operacionais (c)	(1.223.348)	(4.228)	(1.227.576)

(a) Refere-se basicamente a valores que estavam alocados em outras receitas e (despesas) operacionais;

(b) Refere-se a valores que estavam alocados em provisões líquidas, reclassificados para outras receitas e (despesas) operacionais; e

(c) Considera todas as alocações dos itens (a) e (b).

3) Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/12/2020.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação/transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado de acordo com a IAS 21.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- 1) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 2) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

- a) ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a Instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

iii. Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- **Empréstimos e adiantamentos a clientes:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos financeiros:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no longo prazo junto a "Instituições Financeiras".
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo no resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15; e
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos à vista e a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no Exterior.
- **Recursos de emissão de títulos:** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por empréstimos e repasses:** refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros**i. Mensuração dos ativos financeiros**

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Existem também os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado que se refere a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de *swap* e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2020 e 31/12/2019, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros	899.599	235.980	1.377.099	2.512.678
Ao valor justo no resultado	256.781	-	1.377.099	1.633.880
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	642.818	235.980	-	878.798
Passivos financeiros	9.261	-	-	9.261
Ao valor justo no resultado	9.261	-	-	9.261

	31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros	1.105.189	533.565	1.471.163	3.109.917
Ao valor justo no resultado	362.848	288.103	1.471.163	2.122.114
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	742.341	245.462	-	987.803
Passivos financeiros	8.604	124.979	-	133.583
Ao valor justo no resultado	8.604	124.979	-	133.583

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares			
	31/12/2020	31/12/2019	Técnicas de avaliação	Principais premissas
Ativos financeiros	1.613.079	2.004.728		
Ao valor justo no resultado	1.377.099	1.759.266		
Contratos de <i>swap</i>	-	288.103	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.377.099	1.471.163	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A. aplicados a modelo interno de marcação a mercado.
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	235.980	245.462		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	223.355	244.318	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	12.625	1.144	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Passivos financeiros	-	124.979		
Ao valor justo no resultado	-	124.979		
Contratos de <i>swap</i>	-	124.979	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados no Nível 3.

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apuração continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo, decorrentes de ativos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no Patrimônio Líquido Consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto ativos mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

	31/12/2020				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	31.313.432	37.627.509	1.876.849	1.251.938	34.498.722
Instrumentos de dívida	1.824.992	1.876.849	1.876.849	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.251.938	1.251.938	-	1.251.938	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	26.079.387	32.341.607	-	-	32.341.607
Benefício residual em operações securitizadas	3.887	3.887	-	-	3.887
Recebíveis imobiliários	18.789	18.789	-	-	18.789
Outros ativos financeiros	2.134.439	2.134.439	-	-	2.134.439
Passivos financeiros ao custo amortizado	28.470.272	30.101.761	-	14.378.859	15.722.902
Depósitos de clientes	12.818.688	14.378.859	-	14.378.859	-
Depósitos de instituições financeiras	10.054.757	10.083.060	-	-	10.083.060
Recursos de emissão de títulos	5.346.049	5.381.192	-	-	5.381.192
Dívidas subordinadas	8.784	10.285	-	-	10.285
Outros passivos financeiros	241.994	248.365	-	-	248.365

	31/12/2019				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	25.116.071	29.991.601	783.043	1.242.794	27.965.764
Instrumentos de dívida	741.211	783.043	783.043	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.242.794	1.242.794	-	1.242.794	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20.657.984	25.491.682	-	-	25.491.682
Benefício residual em operações securitizadas	3.588	3.588	-	-	3.588
Recebíveis imobiliários	19.347	19.347	-	-	19.347
Outros ativos financeiros	2.451.147	2.451.147	-	-	2.451.147
Passivos financeiros ao custo amortizado	24.180.818	25.920.639	-	13.069.095	12.851.544
Depósitos de clientes	11.394.051	13.069.095	-	13.069.095	-
Depósitos de instituições financeiras	8.661.733	8.690.809	-	-	8.690.809
Recursos de emissão de títulos	1.868.324	1.888.784	-	-	1.888.784
Dívidas subordinadas	1.884.941	1.887.098	-	-	1.887.098
Outros passivos financeiros	371.769	384.853	-	-	384.853

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros**i. Ativos financeiros**

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A Instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A Instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxo de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a Instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Instituição não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

A Instituição realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e contrapartida ao reconhecimento de um novo passivo, a respectiva diferença é reconhecida no resultado.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando, e somente quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos e objetos, quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens objetos de *hedge* durante o período para o qual está designado, e se os resultados atuais de cada operação estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting*, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter os requerimentos previstos na IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado.

- **Estrutura de *hedge* contábil**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) da captação externa em aberto.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado da dívida subordinada emitida no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício. Em abril/2020 o objeto e o instrumento do *hedge* foram liquidados no vencimento.

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício. No segundo semestre de 2019, foi realizado o aprimoramento do programa de *hedge* contábil de crédito de varejo de forma a considerar a opcionalidade comportamental do pré pagamento para novas designações.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

- **Instrumentos de *hedge***

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como posição ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como posição passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem o objeto indexado à taxa pré-fixada e o instrumento indexado à taxa de juros DI. Liquidado em abril/2020.

- **Objetos de *hedge***

O item objeto de *hedge* de exposição cambial é a captação realizada no Exterior (passivo), sendo uma dívida subordinada em Dólar Americano (US\$). Liquidado em abril/2020.

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcelas da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

g) Provisão para perda de crédito esperada

A provisão para perda de crédito esperada é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa, venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Instituição reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do IFRS 15, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência esperada dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

i) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”. As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam os critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

l) Operações de arrendamento (Arrendatário)

Corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados periodicamente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira corresponde aos juros do passivo de arrendamento e é reconhecida na rubrica de despesa de juros na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os impactos das operações de arrendamento estão apresentados nas notas explicativas: 2.2.a, 14 e 23.

m) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis/equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de "Outras despesas administrativas", quando incorridos.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada e pelo custo de aquisição dos ativos deduzindo o seu valor residual.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações contábeis, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como "Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda" na demonstração do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

n) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

i. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

ii. Softwares:

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os mesmos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do *software* sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

o) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo.

Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por *impairment* de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações contábeis, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas, não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, sendo objeto de provisão contábil. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

q) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

r) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários. Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, e o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo na rubrica de "Receitas de tarifas e comissões".

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios

similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

s) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

t) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

u) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

v) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há investimentos potenciais diluíveis.

w) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis no final do período, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

x) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

O Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Consórcios; (iii) Securitização de Recebíveis; e (iv) Outros.

y) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei Federal nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

z) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

4.1) Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

4.2) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

4.2.1) Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

I. Empresas

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas. Desde 2017, a carteira de empresas foi descontinuada (*run-off*).

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

III. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. Desde 2017, a carteira de crédito imobiliário foi descontinuada (*run-off*).

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/12/2020 e 31/12/2019. A exposição máxima atingiu R\$ 41,5 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 34,0 bilhões, sendo R\$ 3,1 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2019).

I. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2020		31/12/2019	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e adiantamentos a clientes	30.668.360	3.127.745	24.806.652	2.550.816
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	4.459.570	84.129	3.080.833	126.689
Instrumentos de dívida	2.945.552	-	2.087.652	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.251.938	-	1.242.794	-
Valores a receber por cessão de créditos	2.134.439	-	2.451.147	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.394	-	291.169	-
Benefício residual em operações securitizadas	3.887	-	3.588	-
Recebíveis imobiliários	18.789	-	19.347	-
Exposição máxima ao risco de crédito	41.484.929	3.211.874	33.983.182	2.677.505

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Instrumento de dívida são representados, substancialmente, por 92,4% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

Carteira de Crédito	31/12/2020	31/12/2019
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	24.867.591	19.348.229
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	2.980.949	3.009.431
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	2.819.820	2.448.992
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	30.668.360	24.806.652
Provisão para perda de crédito esperada (2)	(3.211.874)	(2.677.505)
Valor líquido (Nota 10a)	27.456.486	22.129.147

(2) Contempla provisão para perdas de itens em exposição não registrados no Balanço Patrimonial no montante de R\$ (84.129) em 31/12/2020 e R\$ (126.689) em 31/12/2019.

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	697.064	2,27	513.400	2,07
50 seguintes maiores devedores	682.777	2,23	618.843	2,49
100 seguintes maiores devedores	263.342	0,86	286.369	1,15
Demais devedores	29.025.177	94,64	23.388.040	94,29
Total	30.668.360	100,00	24.806.652	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 156.409 (R\$ 110.403 em 31/12/2019). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

II. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	2.082.764	69,87	1.961.642	65,18
31 a 60	576.002	19,32	654.566	21,75
61 a 90	322.183	10,81	393.223	13,07
Total	2.980.949	100,00	3.009.431	100,00

III. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo	%	Saldo	%
A vencer	32.434	1,15	71.656	2,93
Vencidos acima de 90 dias	2.787.386	98,85	2.377.336	97,07
Total	2.819.820	100,00	2.448.992	100,00

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	28.872.983	94,15	23.161.914	93,37
Agroindústria	19.818	0,06	47.300	0,19
Açúcar e Etanol	15.669	0,05	25.513	0,10
Agronegócio e Proteína animal	4.149	0,01	21.787	0,09
Comércio	376.090	1,23	321.226	1,29
Atacado e Varejo	376.090	1,23	321.226	1,29
Indústria de Base	65.033	0,21	70.964	0,29
Papel e Celulose	42.999	0,14	42.999	0,17
Têxtil	15.258	0,05	15.258	0,07
Indústria Química	6.669	0,02	6.669	0,03
Outras Indústrias	107	-	6.038	0,02
Serviços	1.334.436	4,35	1.205.248	4,86
Construção e Incorporação	133.228	0,43	266.931	1,08
Financeiros	370.991	1,21	246.302	0,99
Utilitários	82.145	0,27	61.443	0,25
Transporte e Logística	6.334	0,02	35.974	0,15
Mídia, TI e Telecom	10.025	0,03	6.690	0,03
Locação de veículos	759	-	1.047	-
Saúde, Segurança e Educação	167	-	100	-
Outros Serviços	730.787	2,38	586.761	2,36
Total	30.668.360	100,00	24.806.652	100,00

e) Provisão para perda esperada

Regularmente a Instituição avalia e reclassifica as perdas esperadas das exposições sujeitas ao risco de crédito por meio de modelos estatísticos e processos internos dos quais considera a série histórica de perdas do que compreende cerca de 5 anos. O cálculo das perdas de crédito esperadas para ativos financeiros é realizado de acordo com as características de cada tipo de carteira, considera a qualidade e as características atuais dos clientes e das operações, inclusive suas garantias. Nas avaliações da perda esperada também foram considerados fatores macroeconômicos e projeções de rolagens, que incorporam os efeitos correntes e prospectivos de variáveis econômicas nas estimativas de perdas.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas de acordo com as seguintes metodologias:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos próximos 12 meses; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um ativo financeiro.

A mudança de metodologia de perdas esperadas de 12 meses para a vida inteira do ativo financeiro é realizada quando ocorre um acréscimo significativo no risco de crédito na data do relatório em relação ao seu reconhecimento inicial. A Instituição pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente, quando este permanecer classificado como baixo risco de crédito na data do relatório.

Conforme o segmento da carteira de crédito e o perfil do cliente, a Instituição utiliza diferentes indicadores para classificação em estágios. Abaixo demonstramos os segmentos, conforme os estágios e indicadores.

Segmento Varejo:

Estágio 1: Exposição em dia ou vencida até 30 dias ou classificação para *ratings* internos enquadrados como baixo risco;

Estágio 2: Exposição vencida entre 31 e 90 dias ou classificação para *ratings* internos como médio e alto risco e com aumento considerável de risco em relação ao estágio 1; e

Estágio 3: Exposição vencida acima de 90 dias, *Default*.

Segmento Atacado:

Estágio 1: Exposição em dia ou vencida até 30 dias ou classificação para *ratings* internos enquadrados como baixo risco;

Estágio 2: Exposição vencida entre 31 e 90 dias ou classificação para *ratings* internos como médio e alto risco e com aumento considerável de risco em relação ao estágio 1; e

Estágio 3: Exposição vencida acima de 90 dias e / ou apresentarem indicativos que não serão honrados nas condições pactuadas sem a execução de garantias e seguindo as diretrizes do modelo, o cálculo da perda esperada é dado pela multiplicação dos parâmetros de risco de crédito:

$PE = PD \times EAD \times LGD$, onde:

PD: Probabilidade de *Default* - refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Instituição sobre o cliente, baseado nos modelos internos de avaliação para comparação do risco inicial.

EAD: *Exposure at Default* - Exposição Financeira no momento do *default* - refere-se ao valor contábil de exposição do cliente perante a Instituição no momento da estimação da perda esperada. Em caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

LGD: *Loss Given Default* - refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação.

4.2.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado PAN.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

31/12/2020 – Valor Futuro								
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	469.456	292.428	172.127	1.054.879	2.120.302	10.832.793	14.941.985
Depósitos de instituições financeiras	-	8.335.042	66.262	202.122	215.843	3.355.055	511.216	12.685.540
Total de depósitos	-	8.804.498	358.690	374.249	1.270.722	5.475.357	11.344.009	27.627.525
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	-	15.263	15.263
Recursos de emissão de títulos	-	41.468	48.062	42.982	772.563	375.795	1.888.037	3.168.907
Cessão de crédito com coobrigações	-	9.441	4.707	4.697	18.646	27.526	48.850	113.867
Total	-	8.855.407	411.459	421.928	2.061.931	5.878.678	13.296.159	30.925.562

31/12/2019 – Valor Futuro								
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	444.776	284.744	234.412	857.406	2.727.753	9.986.505	14.535.596
Depósitos de instituições financeiras	-	8.718.671	73.661	112.046	1.310	-	-	8.905.688
Total de depósitos	-	9.163.447	358.405	346.458	858.716	2.727.753	9.986.505	23.441.284
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	1.924.633	-	16.487	1.941.120
Recursos de emissão de títulos	-	41.576	40.649	54.387	120.328	410.303	1.336.018	2.003.261
Cessão de crédito com coobrigações	-	7.145	7.040	7.006	20.104	36.921	153.725	231.941
Total	-	9.212.168	406.094	407.851	2.923.781	3.174.977	11.492.735	27.617.606

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

4.2.3) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco ("VaR" – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os

cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;

- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de gaps é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentam os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

i. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

- **Gestão de risco - Informações regulatórias**

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são

mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

ii. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto por meio da metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.634/13, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais e para o controle de limites internos aprovados.

O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA), para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2020	31/12/2019	Δ%
Multiplicador	2,68	4,78	-

	31/12/2020			31/12/2019		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	-	-	-	211	3.844	-
Média 60 dias	-	-	-	269	1.013	-
Multiplicador	2,46	5	1	2,93	5	1,24
Prefixados	-	-	-	2.372	22.255	-
Cupom de índice de preços	-	-	-	4.827	44.852	-

O quadro a seguir apresenta os valores médios, máximos e mínimos de VaR:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	-	-	-	59	1.034	-
VaR IPCA	-	-	-	75	770	-
VaR USD	-	-	-	35	365	-
VaR Cambial	-	-	-	13	213	-
VaR sem efeito diversificação	-	-	-	182	1.625	-
VaR com efeito diversificação	-	-	-	131	1.488	-

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para a mensuração dos riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.

- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall (ES)* estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2020			31/12/2019		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	-	-	-	150	1.705	-
Teste Estresse Histórico	-	-	-	1.392	21.711	-

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

ii. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A partir de janeiro de 2020 a mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros do *Banking Book* é realizada pela metodologia de valor econômico Delta EVE conforme disposto na Circular 3.876/18.

Apresentamos a seguir a posição de IRRBB nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking* em milhares:

Rban	31/12/2020
Prefixados	(863)
Cupom de Inflação	2.943
Cupom de TR	(2.799)
Cupom de Dólar	(2)
Rban Carteira	(721)

Rban	31/12/2020		
	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	(3.057)	2.359	(12.333)
Cupom de Inflação	(192)	3.293	(1.268)
Cupom de TR	(2.673)	(2.439)	(2.902)
Cupom de Dólar	(6)	2	(62)

A Rban é utilizada na gestão do risco de taxa de juros, junto com as demais métricas destacadas anteriormente, e sua mensuração é realizada e reportada diariamente pela unidade responsável pelo controle de risco de mercado. As estratégias para *hedges* das exposições ao risco de taxa de juros são avaliadas no Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO).

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (trading e banking) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(87)	(8.493)	(17.419)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de	(36)	(5.372)	(9.841)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de	(43)	(686)	(1.032)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(1)	(35)	(69)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(1)	(2)
Total em 31/12/2020		(167)	(14.587)	(28.363)
Total em 31/12/2019		(200)	(37.117)	(74.675)

A seguir apresentam-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Passivos – Dólar	31/12/2020	31/12/2019
Dívida subordinada	-	1.876.865
Total	-	1.876.865

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

Em 31/12/2020 e 31/12/2019, o valor dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, foi:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	-	1.149.265	-	1.908.691
Total	-	1.149.265	-	1.908.691
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(2.590)	2.011	(2.590)	2.011
Total	(2.590)	2.011	(2.590)	2.011

4.2.4) Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e

- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o Bacen divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BACEN) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de Capital Exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta o Patrimônio de Referência (PR) e o capital exigido (RWA), além dos índices de Capital Principal, Capital Nível I e Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro PAN.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência nível I	3.639.036	2.499.049
Capital Principal	3.639.036	2.499.049
Patrimônio de referência nível II	8.784	8.455
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.647.820	2.507.504
Patrimônio de referência	3.647.820	2.507.504
- Risco de crédito	20.811.865	17.299.562
- Risco de mercado	238	4.742
- Risco operacional	2.113.560	2.309.501
Ativo ponderado pelo risco – RWA	22.925.663	19.613.805
Índice de Basileia	15,91%	12,78%
Nível I	15,87%	12,74%
Nível II	0,04%	0,04%

Para 31/12/2019, o índice de Basileia ajustado seria de 15,61% devido ao aumento do capital social referente a distribuição primária de ações preferenciais em set/19, homologado pelo BACEN em 14/01/2020.

Dívidas subordinadas

O Banco utiliza um instrumento de dívida subordinada autorizado e elegível a compor seu PR Nível II (Nota 22.b).

	Valor da Operação	31/12/2020	31/12/2019
Dívidas Subordinadas	US\$ 456.792	-	1.876.865
Letras Financeiras	R\$ 8.000	8.784	8.455
Total		8.784	1.885.320

5) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades em moeda nacional	2.150	3.004
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.704	1.216
Subtotal (caixa)	4.854	4.220
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.251.889	1.229.999
Total	1.256.743	1.234.219

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, classificados como “ao valor justo no resultado” ou “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

Banco e Consolidado	Custo atualizado	Saldo contábil	Circulante Até 30 dias	Total em 31/12/2020	Total em 31/12/2019
Posição ativa:	-	-	-	-	288.103
Swap	-	-	-	-	288.103
Posição passiva:	-	-	-	-	(124.979)
Swap	-	-	-	-	(124.979)
Subtotal	-	-	-	-	163.124
Contratos Futuros (a)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(5.538)
Posição ativa	2.394	2.394	2.394	2.394	3.066
Posição passiva	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(9.261)	(8.604)
Total	(6.867)	(6.867)	(6.867)	(6.867)	157.586

(a) Contabilizados em contas de negociação e intermediação de valores.

b) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

Banco e Consolidado	31/12/2020	31/12/2019			
	Valor de Referência	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil
Contratos de Swap					
Posição ativa:	-	470.910	281.679	6.424	288.103
Moeda Estrangeira	-	470.910	281.679	6.424	288.103
Posição passiva:	-	2.225.560	(117.033)	(7.946)	(124.979)
Mercado Interfinanceiro	-	678.355	(20.306)	(2.137)	(22.443)
Pré-fixado	-	1.547.205	(96.727)	(5.809)	(102.536)
Contratos Futuros					
Compromissos de Compra:	1.319.785	1.397.077	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	1.216.512	1.315.611	-	-	-
Outros	103.273	81.466	-	-	-
Compromissos de Venda:	20.268.647	13.127.996	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	20.162.784	13.042.503	-	-	-
Moeda Estrangeira	2.590	4.027	-	-	-
Outros	103.273	81.466	-	-	-
Total	21.588.432	17.221.543	164.646	(1.522)	163.124

c) Abertura por Vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2020	31/12/2019
Swap	-	-	-	-	-	-	2.696.470
Dólar x CDI	-	-	-	-	-	-	1.149.265
CDI x Pré	-	-	-	-	-	-	1.547.205
Contratos futuros	1.832.660	2.590	3.459.173	4.200.448	12.093.561	21.588.432	14.525.073
DDI	103.918	-	-	-	102.628	206.546	162.932
DI	1.728.742	-	3.459.173	4.200.448	11.990.933	21.379.296	14.358.114
Dólar	-	2.590	-	-	-	2.590	4.027
Total	1.832.660	2.590	3.459.173	4.200.448	12.093.561	21.588.432	17.221.543

d) Local de negociação e contrapartes:

	31/12/2020	31/12/2019
B3 S.A. (balcão)	-	2.696.470
B3 S.A. (bolsa)	21.588.432	14.525.073
Total	21.588.432	17.221.543

Contrapartes: Em 31/12/2020 a contraparte é unicamente a B3 S.A. (B3 S.A. 84,34% e Instituições Financeiras 15,66% em 31/12/2019).

e) Hedge contábil – valor de mercado:

	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	1.933.206	2.867.671
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (1)	1.933.206	958.981
Swap – Dólar (2)	-	1.908.690
Posição Passiva	(18.633.887)	(15.216.800)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(18.633.887)	(15.216.800)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	17.214.182	11.787.028
Operações de Crédito (3)	17.214.182	11.787.028
Posição Passiva	(1.904.951)	(2.796.880)
Certificados de depósitos a prazo (1)	(1.904.951)	(920.015)
Dívidas Subordinadas no Exterior (2)	-	(1.876.865)

(1) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo;

(2) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

As efetividades verificadas nas carteiras de *hedge* encontram-se em conformidade com a norma contábil.

f) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	172.915	(336.039)	(163.124)	753.094	(693.050)	60.044
Swap – ganhos/perdas realizadas	868.443	(103.196)	765.247	102.436	(90.115)	12.321
Opções – ganhos/perdas não realizadas	-	-	-	219	(413)	(194)
Opções – ganhos/perdas realizadas	-	-	-	1.503	(884)	619
Futuros – ganhos/perdas realizadas	2.635.730	(3.087.414)	(451.684)	1.221.305	(1.395.481)	(174.176)
Total	3.677.088	(3.526.649)	150.439	2.078.557	(2.179.943)	(101.386)

7) Instrumentos de dívida
a) Composição:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2020 e em 31/12/2019, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	254.387	359.782
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	254.387	359.782
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	866.173	986.659
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	642.134	742.237
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	223.355	244.318
Certificado de Depósito Bancário – CDB	684	104
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.824.992	741.211
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.824.658	740.869
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	334	342
Total	2.945.552	2.087.652

b) Variações:

“Ativos financeiros ao valor justo no resultado”:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	359.782	401.225
Adições (alienações) líquidas	(112.716)	(51.644)
Ajuste a valor de mercado	(529)	(1.131)
Juros	7.850	11.332
Saldo do fim do exercício	254.387	359.782

“Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	986.659	889.116
Adições (alienações) líquidas	(127.352)	33.472
Ajuste a valor de mercado	(14.717)	(5.787)
Juros	25.556	79.456
Ágio/ Deságio	(3.973)	(9.598)
Saldo do fim do exercício	866.173	986.659

"Ativos financeiros ao custo amortizado":

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	741.211	641.445
Adições (alienações) líquidas	985.925	51.617
Juros	97.856	48.149
Saldo do fim do exercício	1.824.992	741.211

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Sem vencimento	334	342
Até 360 dias	790.667	441.269
Acima de 360 dias	2.154.551	1.646.041
Total	2.945.552	2.087.652

8) Instrumentos de patrimônio

	31/12/2020	31/12/2019
Bw Properties S.A.	10.710	-
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	1.536	765
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	12.625	1.144

9) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras
a) Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	1.251.938	1.242.794
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.251.938	1.242.794
Tipo:		
Compra com compromisso de revenda	1.251.889	1.229.999
Depósitos interfinanceiros	-	12.795
Depósitos de poupança	49	-
Total	1.251.938	1.242.794

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 30 dias	1.251.938	1.229.999
De 91 a 180 dias	-	12.795
Total	1.251.938	1.242.794

10) Empréstimos e adiantamentos a clientes
a) Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao valor justo no resultado	1.377.099	1.471.163
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao custo amortizado	29.291.261	23.335.489
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 11)	(3.211.874)	(2.677.505)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	27.456.486	22.129.147

b) Abertura:

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos em consignação (1)	12.490.929	10.266.176
Crédito direto ao consumidor (1)	11.570.335	9.230.527
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (2)	2.621.632	2.271.952
Títulos e créditos a receber (3)	1.644.175	1.142.697
Empréstimos com garantia imobiliária	287.455	391.771
Financiamentos habitacionais	120.172	136.993
Capital de giro	86.759	143.760
Financiamento à exportação	5.316	46.402
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	4.004	7.303
Outros	1.837.583	1.169.071
Total	30.668.360	24.806.652

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 6e);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	1.304.466	4,25	1.356.924	5,47
A vencer				
A vencer até 3 meses	5.370.202	17,51	4.899.314	19,75
A vencer de 3 a 12 meses	6.966.005	22,71	6.129.724	24,71
A vencer acima de um ano (1)	17.027.687	55,53	12.420.690	50,07
Total	30.668.360	100,00	24.806.652	100,00

(1) Em 31/12/2020 o PAN possuía aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos.

d) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2018	17.955.087	1.491.253	2.169.369	21.615.709
Transferidos para o Estágio 1	-	(232.718)	(24.675)	(257.393)
Transferidos para o Estágio 2	(914.696)	-	(17.820)	(932.516)
Transferidos para o Estágio 3	(783.415)	(420.377)	-	(1.203.792)
Oriundos do Estágio 1	-	914.696	783.415	1.698.111
Oriundos do Estágio 2	232.718	-	420.377	653.095
Oriundos do Estágio 3	24.675	17.820	-	42.495
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	4.298.209	(183.964)	(246.375)	3.867.870
<i>Writte-off</i>	(1.090)	(105)	(675.732)	(676.927)
Saldo em 31/12/2019	20.811.488	1.586.605	2.408.559	24.806.652

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2019	20.811.488	1.586.605	2.408.559	24.806.652
Transferidos para o Estágio 1	-	(289.244)	(25.194)	(314.438)
Transferidos para o Estágio 2	(882.520)	-	(13.400)	(895.920)
Transferidos para o Estágio 3	(1.052.109)	(415.418)	-	(1.467.527)
Oriundos do Estágio 1	-	882.520	1.052.109	1.934.629
Oriundos do Estágio 2	289.244	-	415.418	704.662
Oriundos do Estágio 3	25.194	13.400	-	38.594
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	6.870.192	(49.379)	(298.245)	6.522.568
<i>Writte-off</i>	(1.543)	(87)	(659.230)	(660.860)
Saldo em 31/12/2020	26.059.946	1.728.397	2.880.017	30.668.360

e) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:

Nos anos de 2020 e 2019, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras, o lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

Cessão de Consignado	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado	10.287.866	7.484.456	2.803.410	6.495.901	4.723.283	1.772.618
Lucro	10.287.866	7.484.456	2.803.410	6.495.901	4.723.283	1.772.618

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (Nota 26).

11) Perda de Crédito Esperada para as operações com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes
a) Movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	2.677.505	2.351.745
Complemento de provisão	1.049.962	875.995
<i>Writte-off</i>	(515.593)	(550.235)
Saldo do fim do exercício	3.211.874	2.677.505

No exercício findo em 31/12/2020, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 120.075 (R\$ 101.501 em 31/12/2019).

b) Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2018	541.534	370.980	1.439.231	2.351.745
Transferidos para o Estágio 1	-	(70.752)	(14.930)	(85.682)
Transferidos para o Estágio 2	(38.492)	-	(8.656)	(47.148)
Transferidos para o Estágio 3	(41.009)	(116.854)	-	(157.863)
Oriundos do Estágio 1	-	38.492	41.009	79.501
Oriundos do Estágio 2	70.752	-	116.854	187.606
Oriundos do Estágio 3	14.930	8.656	-	23.586
Constituição/(Reversão)	112.254	190.211	573.530	875.995
<i>Writte-off</i>	(197)	(64)	(549.974)	(550.235)
Saldo em 31/12/2019	659.772	420.669	1.597.064	2.677.505

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2019	659.772	420.669	1.597.064	2.677.505
Transferidos para o Estágio 1	-	(20.747)	(2.827)	(23.574)
Transferidos para o Estágio 2	(167.380)	-	(2.386)	(169.766)
Transferidos para o Estágio 3	(680.341)	(260.286)	-	(940.627)
Oriundos do Estágio 1	-	167.380	680.341	847.721
Oriundos do Estágio 2	20.747	-	260.286	281.033
Oriundos do Estágio 3	2.827	2.386	-	5.213
Constituição/(Reversão)	1.033.641	71.320	(54.999)	1.049.962
<i>Writte-off</i>	(238)	(55)	(515.300)	(515.593)
Saldo em 31/12/2020	869.028	380.667	1.962.179	3.211.874

12) Recebíveis imobiliários

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2020	31/12/2019
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção Monetária	0 até 20,05	18.789	19.347
Total				18.789	19.347

13) Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros são compostos basicamente por valores a receber de instituições financeiras, devido a operações por cessões de créditos.

14) Outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais e fiscais	194.926	219.413
Despesas antecipadas	109.419	84.202
Devedores diversos País	94.813	63.657
Direito de uso de arrendamento	25.602	33.427
Valores a receber de sociedade ligadas	13.411	13.227
Valores a receber de empréstimos consignados	6.213	17.920
Relações interfinanceiras	3.540	25.971
Outros	25.850	19.580
Total	473.774	477.397

15) Ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis	299.988	343.514
Veículos terrestres	22.356	29.717
Material em estoque	556	445
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(57.661)	(86.219)
Total	265.239	287.457

16) Crédito tributário e passivos fiscais
a) Composição de crédito tributário e passivos fiscais:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e	(209.108)	(131.994)
Sobre prejuízos fiscais	1.171.847	1.336.206
Sobre diferenças temporárias	2.461.376	2.105.427
Provisão para perda esperada	1.523.788	1.310.790
Provisão de ações cíveis	136.417	142.391
Provisão de ações trabalhistas	65.644	97.727
Provisão de ações tributárias	22.789	20.343
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	29.028	38.451
Ajuste ao valor de mercado	48.294	10.588
Outras	635.416	485.137
Total do Ativo	3.424.115	3.309.639
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	78.202	78.202
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	97.472	116.263
Provisão para impostos e contribuições	451.148	343.059
Total do Passivo	626.822	537.524

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:
Ativo diferido

	31/12/2020			31/12/2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	1.875.076	1.434.563	3.309.639	1.853.390	1.090.351	2.943.741
(+) Constituição de créditos	1.079.528	858.133	1.937.661	698.032	770.333	1.468.365
(-) Realização de créditos	(1.015.600)	(807.585)	(1.823.185)	(676.346)	(426.121)	(1.102.467)
Saldo do fim do exercício	1.939.004	1.485.111	3.424.115	1.875.076	1.434.563	3.309.639

Passivo diferido

	31/12/2020			31/12/2019		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	144.055	50.410	194.465	144.136	38.277	182.413
(+) Constituição de Passivos	281	101	382	7.937	18.313	26.250
(-) Realização de Passivos	(10.652)	(8.521)	(19.173)	(8.018)	(6.180)	(14.198)
Saldo do fim do exercício	133.684	41.990	175.674	144.055	50.410	194.465

c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2020, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 02/02/2021.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais,

que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total		
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
2020	-	816.747	-	58.383	-	(36.504)	-	838.626
2021	1.048.508	733.530	197.642	131.962	(33.585)	(32.785)	1.212.565	832.707
2022	961.670	329.911	131.873	260.933	(30.803)	(14.745)	1.062.740	576.099
2023	146.921	53.896	331.223	350.278	(4.706)	(2.409)	473.438	401.765
2024	32.231	27.261	415.021	491.786	(1.032)	(1.218)	446.220	517.829
2025	37.443	36.644	53.538	1.388	(1.199)	(1.638)	89.782	36.394
2026	23.992	6.096	1.458	1.555	(768)	(272)	24.682	7.379
2027	50.629	61.677	1.730	479	(1.622)	(2.758)	50.737	59.398
2028	2.221	-	412	492	(70)	-	2.563	492
2029	23.182	-	-	-	(744)	-	22.438	-
Total	2.326.797	2.065.762	1.132.897	1.297.256	(74.529)	(92.329)	3.385.165	3.270.689

Em 31/12/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 2.990.887 (R\$ 2.569.358 em 31/12/2019).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 (R\$ 38.950 em 31/12/2019), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em dezembro de 2019, a Administração optou pela baixa parcial dos créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL da Pan Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 141.126. Esta decisão se deu principalmente em função da revisão das premissas adotadas em seu plano de negócios, que não prevê a originação de novas operações de arrendamento mercantil, bem como da queda da taxa de juros remuneratórios de seus investimentos em depósitos interfinanceiros, o que pode comprometer a sua capacidade de geração de resultados positivos futuros em montante suficiente para realização de tais créditos no prazo máximo de 10 anos, exigido pela Resolução CMN nº 3.059, de 23/12/2002 e a Circular BACEN nº 3.171, de 31/12/2002, para a manutenção deste ativo.

Em 31/12/2020, a Instituição possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 582.869 (31/12/2019 – R\$ 583.211), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 244.667 (31/12/2019 – R\$ 244.804).

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação	885.952	563.758
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(398.678)	(225.503)
Outros valores	133.790	33.196
Ativação diferença alíquota (2)	-	353.789
Baixa crédito tributário (3)	-	(141.126)
Diferença de alíquota entre as empresas	6.314	37.701
Imposto de renda e Contribuição social	(258.574)	58.057

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15%, para as demais empresas alíquota de 9%;

(2) Em 12/11/2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie a partir de 01/03/2020. Em face de tais alterações, o Banco PAN reconheceu o montante de R\$353.789 referentes à esta diferença de alíquota para os créditos tributários com expectativa de realização a partir de 03/2020;

(3) Baixa parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Arrendamento Mercantil e, conseqüentemente, na expectativa de realização destes créditos.

17) Ativo tangível
a) Composição:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2020	31/12/2019
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	43.069	(33.423)	9.646	17.038
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.974	(1.766)	1.208	633
Sistemas de processamento de dados	20%	36.277	(23.771)	12.506	10.957
Total em 31/12/2020		82.320	(58.960)	23.360	-
Total em 31/12/2019		80.456	(51.828)	-	28.628

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2018	14.405	891	8.797	24.093
Aquisições	9.584	10	6.114	15.708
Baixas	(885)	-	(113)	(998)
Depreciação	(6.066)	(268)	(3.841)	(10.175)
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	28.628

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	28.628
Aquisições	296	1.181	5.364	6.841
Baixas	(978)	-	(21)	(999)
Depreciação	(6.710)	(606)	(3.794)	(11.110)
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	23.360

18) Ativo intangível
a) Composição:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2020	31/12/2019
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	268.087	(210.836)	57.251	120.503
Ágio (1)		218.727	(32.402)	186.325	186.325
Total em 31/12/2020		486.814	(243.238)	243.576	-
Total em 31/12/2019		459.150	(152.322)	-	306.828

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio (1)	Total
Saldo em 31/12/2018	85.514	186.325	271.839
Adições	67.407	-	67.407
Baixas	(572)	-	(572)
Amortização	(31.846)	-	(31.846)
Saldo em 31/12/2019	120.503	186.325	306.828

	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio (1)	Total
Saldo em 31/12/2019	120.503	186.325	306.828
Adições	31.266	-	31.266
Baixas	(112)	-	(112)
Amortização	(94.406)	-	(94.406)
Saldo em 31/12/2020	57.251	186.325	243.576

(1) Em 2020 e 2019, o Banco procedeu, ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, não sendo identificados indícios de perda. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio:

- Tendo em vista a decisão do Banco de descontinuar o produto de crédito imobiliário, utilizamos o plano de negócios aprovado relativos aos próximos cinco (5) anos de grupo de empresas, operações de crédito imobiliário e captações lastreadas com a mesma carteira em *run-off* que fundamentam o ágio em sua essência; e
- Ajuste a valor presente dos resultados anuais antes dos tributos do mencionado grupo de empresas, e produtos citados no parágrafo acima utilizando-se uma taxa projetada do DI de 6,93%, aplicando um choque de *stress* 400 bps sendo utilizada a taxa de 9,53% para o teste de *impairment*.

19) Depósitos de clientes
a) Classificação:

	31/12/2020	31/12/2019
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	12.818.688	11.394.051
Total	12.818.688	11.394.051

b) Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Tipos:		
Depósitos à vista	76.056	26.574
Depósitos a prazo	12.742.632	11.367.477
Total	12.818.688	11.394.051

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Sem vencimento	76.056	26.574
Até 30 dias	598.100	432.278
De 31 a 90 dias	449.436	511.167
De 91 a 180 dias	955.563	812.520
De 181 a 360 dias	1.974.748	2.464.562
Acima de 360 dias	8.764.785	7.146.950
Total	12.818.688	11.394.051

20) Depósitos de instituições financeiras
a) Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	10.054.757	8.661.733
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	1.307.042	295.805
Depósitos interfinanceiros	8.747.715	8.365.928
Total	10.054.757	8.661.733

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 30 dias	4.240.846	8.377.086
De 31 a 90 dias	5.768.781	186.423
De 91 a 180 dias	-	1.292
De 181 a 360 dias	45.130	1.120
Acima de 360 dias	-	95.812
Total	10.054.757	8.661.733

21) Recursos de emissão de títulos
a) Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	5.346.049	1.868.324
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	327.372	336.211
Letras Financeiras – LF	5.018.677	1.532.113
Total	5.346.049	1.868.324

b) Variações:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos do início do exercício	1.868.324	1.249.961
Juros	106.956	104.269
Emissões	6.993.590	1.350.272
Pagamento de Juros / Resgate	(3.622.821)	(836.178)
Saldos do fim do exercício	5.346.049	1.868.324

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 30 dias	41.372	41.131
De 31 a 90 dias	92.007	94.560
De 91 a 180 dias	974.917	118.566
De 181 a 360 dias	3.577.688	396.668
Acima de 360 dias	660.065	1.217.399
Total	5.346.049	1.868.324

22) Dívidas subordinadas:
a) Classificação:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros ao custo amortizado	8.784	1.884.941
Total	8.784	1.884.941

b) Composição:

Valor da Operação	31/12/2020	31/12/2019
No Exterior (1):		
US\$ 456.792	-	1.876.865
Custos associados à emissão	-	(379)
Subtotal no Exterior	-	1.876.486
No País:		
(2) R\$ 8.000	8.784	8.455
Subtotal no País	8.784	8.455
Total	8.784	1.884.941

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 6.546 no exercício findo em 31/12/2020 (despesa de R\$ 13.962 no exercício findo em 31/12/2019). As mesmas foram emitidas em 23/04/2010 e liquidadas em 23/04/2020. Essa operação possuía *hedge* de risco de mercado (Nota 6.e); e

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

c) Variações:

No Exterior	31/12/2020	31/12/2019
Saldos do início do exercício	1.876.486	1.788.666
Amortização	(2.413.415)	-
Juros	73.444	157.767
Pagamento de Juros	(102.570)	(156.641)
Variação cambial	572.223	71.214
MTM	(6.547)	13.962
Custo associado à emissão	379	1.518
Saldos do fim do exercício	-	1.876.486

No País	31/12/2020	31/12/2019
Saldos do início do exercício	8.455	187.569
Emissão	-	8.000
Juros	329	4.816
Amortização	-	(191.930)
Saldos do fim do exercício	8.784	8.455

23) Outros passivos

a) Outros passivos financeiros:

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	103.655	201.523
Relações com correspondentes	111.761	136.819
Obrigações de arrendamento (Nota 23.b)	26.578	33.427
Total	241.994	371.769

b) Obrigações de arrendamento:

O Banco PAN é arrendatário, principalmente de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31/12/2020, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 10.907 (31/12/2019 - R\$ 10.337).

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos do início do exercício	33.427	34.786
Adições/exclusões de contratos	1.555	6.105
Pagamentos	(10.907)	(10.337)
Apropriação de encargos financeiros	2.503	2.873
Saldos do fim do exercício	26.578	33.427

c) Vencimento dos arrendamentos:

	31/12/2020	31/12/2019
Até 1 ano	6.716	851
De 1 a 5 anos	16.263	25.691
Mais de 5 anos	3.599	6.885
Total de pagamentos futuros	26.578	33.427

d) Outros passivos não financeiros:

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões de crédito	1.426.353	827.482
Pagamentos a efetuar	964.196	734.566
Operações vinculadas a cessão	764.657	496.170
Sociais e estatutárias	325.131	266.277
Arrecadação de cobrança	101.904	118.258
Valores a pagar a sociedades ligadas	30.250	13.268
Negociação e intermediação de valores	5.952	11.877
Valores específicos de consórcio	6.840	7.757
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	154	7.176
Outros	77.696	74.934
Total	3.703.133	2.557.765

24) Provisões

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são conduzidos por advogados externos especializados e geridos individualmente por meio de sistema informatizado.

As ações trabalhistas, embora contem com a condução e avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses dependendo do tipo de autor.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas, antes das decisões, é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos especialistas jurídicos internos, escritórios jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2020	31/12/2019
Processos cíveis	305.467	318.882
Processos trabalhistas	147.209	221.694
Processos tributários	60.946	50.549
Total	513.622	591.125

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2018	290.599	290.927	27.341	608.867
Constituição líquida de reversão	161.807	14.143	24.256	200.206
Atualização monetária	3.919	132	195	4.246
Baixas por pagamento	(137.443)	(83.508)	(1.243)	(222.194)
Saldo em 31/12/2019	318.882	221.694	50.549	591.125

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2019	318.882	221.694	50.549	591.125
Constituição líquida de reversão	139.099	50.408	7.057	196.564
Atualização monetária	2.786	-	4.425	7.211
Baixas por pagamento	(155.300)	(124.893)	(1.085)	(281.278)
Saldo em 31/12/2020	305.467	147.209	60.946	513.622

I. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir.

IRPJ/CSLL – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em dezembro de 2020, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 723;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e Despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2010, 2012 e 2015. Em dezembro de 2020, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 498.308;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade a maior de despesas relacionadas ao recolhimento de tributos de PIS/COFINS, referente ao ano calendário de 2014. Em dezembro de 2020, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 22.290;

IRPJ/CSLL - Amortização de ágio, e por consequência, falta de adição na apuração da base de cálculo, na participação societária da BFRE, referente aos anos calendários de 2015 e 2016. Em dezembro de 2020, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 8.333;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de *Swap* da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2020, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 4.656;

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados – Incidência de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados, dos anos calendários de 2012, 2013 e 2016. Em dezembro de 2020, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 74.543;

IRRF – Ganho de capital oriundo da aquisição da participação societária no exterior, referente ao ano calendário de 2012. Em dezembro de 2020, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 77.781;

ISSQN sobre o VRG – A Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações

de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2017 cujo montante é R\$ 143.946 atualizados até dezembro de 2020; e

Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2020, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 222.252.

25) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2020 é de R\$ 4.175.222 (R\$ 3.653.410 em 31/12/2019).

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	31/12/2020	31/12/2019
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	547.495
Total	1.205.056	1.205.056

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Instituição. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio e dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio/dividendos.

	31/12/2020	% (1)	31/12/2019	% (1)
Lucro líquido societário antes da reserva legal	655.569		515.935	
(-) Reserva Legal	(32.778)		(25.797)	
Base societário de cálculo	622.791		490.138	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	246.130		198.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(36.919)		(29.700)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) (3)	209.211		168.300	
Dividendos propostos (4)	8.766		3.248	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	217.977	35,0%	171.548	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2020 é de: R\$ 0,20424755369 (2019: R\$ 0,164307700);

(3) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2020 é de: R\$ 0,173610421 (2019: R\$ 0,139661545); e

(4) Dividendos por ação a serem pagos relativos ao exercício de 2020 é de R\$ 0,00727458469 (2019: R\$ 0,002695674).

d) Lucro por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição	627.378	621.815
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	342.340	339.305
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	285.038	282.510
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (mil)	657.561	657.561
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (mil)	547.495	502.693
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,52	0,52
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,52	0,56

26) Receita líquida com juros

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.539.239	4.941.739
Lucro nas cessões de crédito (nota 10.e)	2.803.410	1.772.618
Prêmio de performance das cessões	608.432	965.154
Instrumentos de dívida	130.513	136.563
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	35.672	19.310
Recebíveis imobiliários	1.570	1.618
Depósitos compulsórios no Banco Central	161	8.783
Total de receitas com juros	9.118.997	7.845.785
Despesas com juros e similares		
Depósitos de clientes	(1.173.665)	(1.339.851)
Variações cambiais líquidas (1)	(570.632)	(66.260)
Depósitos de instituições financeiras	(268.422)	(468.772)
Recurso de emissão de títulos	(107.279)	(104.269)
Dívidas subordinadas	(77.388)	(199.123)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(14.647)	(27.635)
Outras	(16.887)	(14.252)
Total de despesas com juros	(2.228.920)	(2.220.162)
Total	6.890.077	5.625.623

(1) Contempla variações cambiais de ativos e passivos.

27) Receita de tarifas e comissões

	31/12/2020	31/12/2019
Cartões de crédito	130.520	118.041
Avaliação de Bens	80.382	62.330
Comissão/intermediação	80.207	59.015
Administração de consórcios	10.039	25.290
Outras	3.724	3.660
Total	304.872	268.336

28) Despesas de pessoal

	31/12/2020	31/12/2019
Proventos	368.047	308.370
Encargos sociais	98.899	87.978
Benefícios (Nota 36)	82.155	74.627
Honorários (Nota 35.b)	16.900	24.155
Outros	8.151	6.565
Total	574.152	501.695

29) Outras despesas administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.523.302	1.065.441
Serviços de terceiros	436.859	408.856
Processamento de dados	273.917	222.961
Serviços do sistema financeiro	215.463	164.842
Propaganda, promoções e publicidade	118.872	65.245
Aluguéis	71.054	48.187
Comunicações	68.374	47.138
Despesas com busca e apreensão de bens	20.344	30.354
Manutenção e conservação de bens	6.050	6.249
Transporte	3.587	5.828
Taxas e emolumentos	2.896	4.624
Água, energia e gás	2.269	2.650
Viagens	1.726	6.779
Materiais de consumo	1.506	1.759
Outras	46.567	34.256
Total	2.792.786	2.115.169

30) Depreciação e amortização

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com amortização	94.405	31.846
Despesa com depreciação	20.492	17.639
Total	114.897	49.485

31) Despesas tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição à COFINS	234.358	168.571
Contribuição ao PIS	38.144	27.523
Imposto sobre serviços	21.129	18.467
Impostos e taxas	3.914	8.214
Total	297.545	222.775

32) Provisões líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	(139.099)	(161.806)
Provisões trabalhistas	(50.408)	(14.143)
Provisões tributários	(7.057)	(24.257)
Total	(196.564)	(200.206)

33) Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas	129.325	250.319
Variação monetária ativa/passiva	6.746	23.284
Despesa de cessão de operações de crédito	(1.468.851)	(1.414.338)
Descontos concedidos	(67.973)	(46.295)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(50.303)	(56.639)
Gravames	(33.223)	(25.924)
Outras	4.738	42.017
Total	(1.479.541)	(1.227.576)

34) Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2020	31/12/2019
Reversão/(desvalorização) de ativos não correntes mantidos para venda	20.974	8.521
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	9.851	(42.710)
Receita na venda de grupos de consórcio (1)	18.912	-
Total	49.737	(34.189)

(2) Em maio de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência de administração de grupos de consórcio.

35) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades (a)		597	1.260	-	-
Caixa Econômica Federal	04/01/2021	597	1.260	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (b)		1.251.889	1.160.000	35.502	18.865
Banco BTG Pactual S.A.	04/01/2021	1.249.990	710.000	34.406	17.796
Caixa Econômica Federal	04/01/2021	1.899	450.000	1.096	1.069
Cessão de crédito (c)		1.812.488	2.036.099	605.500	965.154
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.812.488	2.036.099	605.500	965.154
Outros ativos		10.720	13.227	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	162	6.755	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	10.533	6.453	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	25	19	-	-
Depósitos de clientes (d)		(337)	(342)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(337)	(341)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	-	(1)	-	-
Depósitos de instituições financeiras (e)		(8.316.495)	(7.952.156)	(252.728)	(427.232)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Banco BTG Pactual S.A.	08/01/2021	(502.285)	(190.000)	(17.810)	(9.531)
Caixa Econômica Federal	26/03/2021	(7.814.210)	(7.762.156)	(234.918)	(417.701)
Depósitos de cliente (f)		(43.017)	(18.840)	(1.057)	(686)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	28/08/2023	(41.873)	(17.145)	(995)	(518)
Pessoal chave da Administração	24/07/2023	(1.144)	(1.695)	(62)	(168)
Derivativos		-	(900)	(712)	(4.305)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(613)	(3.873)
Caixa Econômica Federal	-	-	(900)	(99)	(432)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		-	(377)	(6)	(130)
Pessoal chave da Administração	-	-	(377)	(6)	(130)
Derivativos (h)		-	185.694	392.285	49.799
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	185.694	392.285	49.799
Outros passivos		(30.250)	(13.268)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(30.250)	(13.268)	-	-
Receita de tarifas e comissões (i)		-	-	81.241	59.856
,Too Seguros S.A.	-	-	-	80.073	58.599
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.168	1.257
Despesas de Pessoal		-	-	(293)	(265)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(293)	(265)
Outras despesas administrativas		-	-	(53.993)	(56.779)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.075)	(5.675)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(7.657)	(31.563)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(114)	(106)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.509)	(718)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(39.638)	(18.717)
Receitas com juros e similares		-	-	2.030.669	1.135.002
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.030.669	1.074.960
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	-	60.042

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas no Banco PAN;

(g) Referem-se às captações por meio de letras de crédito imobiliário e letras financeiras efetuados pelo Banco PAN;

(h) Referem-se às operações de *swap*; e

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/06/2020, foi aprovado o montante global máximo da remuneração dos Administradores do Conglomerado PAN, referente ao exercício de 2020, independente do ano em que os valores forem pagos, no valor de R\$ 18.225 (R\$ 25.385 no exercício de 2019).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de honorários (Nota 28)	16.900	24.155
Contribuição ao INSS	3.803	5.435
Total	20.703	29.590

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Nos termos da legislação vigente em 31/12/2020, o Banco PAN não concedeu empréstimos ou adiantamentos para:

I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria Instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

36) Benefícios a empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2020 representava R\$ 82.155 (R\$ 74.627 em 31/12/2019) (Nota 28).

37) Ativos oferecidos em garantia

	31/12/2020	31/12/2019
Instrumentos de dívida:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	193.389	287.937
Certificado de Depósito Bancário – CDB	684	104
Total	194.073	288.041

38) Garantias prestadas e compromissos contratuais

O "máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores de principal (*notional*) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

	31/12/2020	31/12/2019
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	-	(313.061)
Depositários de valores em custódia	(4)	(4)
Total	(4)	(313.065)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro, portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

39) Segmentos operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Consórcios;
- Securitização; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, motocicletas e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários do agronegócio.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	31/12/2020						31/12/2019					
	Financeiro	Consórcio	Securitização	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Consórcio	Securitização	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida com juros												
Receitas com juros e similares	9.111.893	1.741	5.861	9.152	(9.650)	9.118.997	7.805.417	3.302	10.410	45.951	(19.295)	7.845.785
Despesas com juros e similares	(2.238.570)	-	-	-	9.650	(2.228.920)	(2.239.457)	-	-	-	19.295	(2.220.162)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	(1.049.958)	-	(4)	-	-	(1.049.962)	(882.434)	-	-	6.439	-	(875.995)
Perda esperada com demais ativos financeiros	1.405	-	(602)	(38)	-	765	-	-	573	-	-	573
Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros	5.824.770	1.741	5.255	9.114	-	5.840.880	4.683.526	3.302	10.983	52.390	-	4.750.201
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	149.910	-	460	(4.433)	-	145.937	(102.516)	-	4.601	(8.140)	-	(106.055)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	(529)	-	-	(3.676)	-	(4.205)	(1.130)	-	-	(7.228)	-	(8.358)
Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	460	(757)	-	(297)	-	-	4.601	(912)	-	3.689
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	150.439	-	-	-	-	150.439	(101.386)	-	-	-	-	(101.386)
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	11	2.371	-	-	-	-	2.371
Receitas de tarifas e comissões	294.555	10.039	278	-	-	304.872	242.660	25.289	409	-	(22)	268.336
Despesas administrativas	(3.350.966)	(6.882)	(8.377)	(713)	-	(3.366.938)	(2.589.929)	(14.041)	(11.100)	(1.816)	22	(2.616.864)
Despesas de pessoal	(572.667)	(334)	(985)	(166)	-	(574.152)	(499.872)	(518)	(1.186)	(119)	-	(501.695)
Outras despesas administrativas	(2.778.299)	(6.548)	(7.392)	(547)	-	(2.792.786)	(2.090.057)	(13.523)	(9.914)	(1.697)	22	(2.115.169)
Depreciações e amortizações	(114.856)	(41)	-	-	-	(114.897)	(49.441)	(44)	-	-	-	(49.485)
Despesas tributárias	(294.087)	(1.213)	(1.263)	(982)	-	(297.545)	(213.891)	(2.986)	(3.109)	(2.789)	-	(222.775)
Provisões (líquidas)	(197.064)	1.111	(683)	72	-	(196.564)	(201.185)	(1.384)	(1.018)	3.381	-	(200.206)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.468.534)	4.400	6.345	(554)	(21.198)	(1.479.541)	(1.193.832)	(636)	5.828	87	(39.023)	(1.227.576)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	28.809	21.017	(89)	-	-	49.737	(33.982)	-	(207)	-	-	(34.189)
Resultado antes da tributação	872.548	30.172	1.926	2.504	(21.198)	885.952	543.781	9.500	6.387	43.113	(39.023)	563.758
Imposto de renda e contribuição social	(245.170)	(10.252)	(485)	(2.667)	-	(258.574)	78.034	(3.231)	(2.136)	(14.610)	-	58.057
Lucro líquido do exercício	627.378	19.920	1.441	(163)	(21.198)	627.378	621.815	6.269	4.251	28.503	(39.023)	621.815
Total do ativo	39.164.110	95.410	240.486	414.626	(1.051.180)	38.863.452	33.460.017	73.744	242.742	428.618	(1.025.668)	33.179.453
Total do passivo	33.638.443	20.513	11.470	14.021	(361.337)	33.323.110	28.292.241	17.821	14.306	22.305	(345.858)	28.000.815

40) Outras informações

- a) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- b) Em 31/12/2020 e 31/12/2019, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- c) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor; e
- d) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- e) O Banco PAN S.A., desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. As ações consideraram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

São Paulo, 31 de março de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Amos Genish

Vice-Presidente

Pedro Duarte Guimarães

Conselheiros

Sérgio Cutolo dos Santos

Alexandre Camara e Silva

Roberto Balls Sallouti

João Eduardo de Assis Pacheco Dacache

Marcelo Sampaio Cunha Filho

Fábio Soares de Miranda Carvalho

Fábio de Barros Pinheiro

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

DIRETORIA

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Dermeval Bicalho Carvalho

Diogo Ciuffo da Silva

Mauro Dutra Mediano Dias

Roberta Cardim Geyer

CONSELHO FISCAL

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Aníbal Cardoso Joaquim

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

COMITÊ DE AUDITORIA

Amin Alves Murad

Fábio de Barros Pinheiro

Pedro Paulo Longuini

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

Banco Pan S.A. e suas controladas

***Demonstrações contábeis
consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

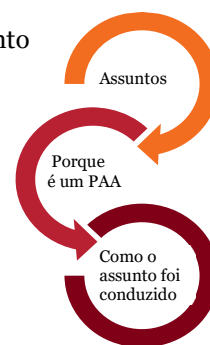
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para perda de crédito esperada (Notas explicativas 3g, 10 e 11)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação da provisão para perda de crédito esperada continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

A IFRS 9 – *Financial Instruments*, estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como estabelece modelo de perda de crédito esperada.

O processo estabelecido em atendimento a IFRS 9 busca capturar potenciais eventos futuros que possivelmente podem aumentar o risco de crédito por meio de fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias.

Tendo em vista esses aspectos, esta área se manteve como uma área foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perda de crédito esperada que incluem a integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perda de crédito esperada com base na política estabelecida pela Administração.

Analisamos também a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com os requisitos da norma contábil vigente e com as práticas de mercado.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas.



Banco Pan S.A. e suas controladas

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3t e 16)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,4 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis consolidadas.

Realizamos a atualização do entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionados aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios



Banco Pan S.A. e suas controladas

adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Banco Pan S.A. e suas controladas

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem,



Banco Pan S.A. e suas controladas

dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

